

Entrevista

CONVERSAS DO RECIFE, EM LISBOA (Encontro com Evaldo Cabral de Melo).

*Tiago C. P. dos Reis Miranda*¹

Diplomata de carreira, Evaldo Cabral de Mello tem aproveitado suas missões nos Estados Unidos e na Europa para trazer à luz novos elementos sobre a história colonial de Pernambuco; seu último trabalho, **O nome e o sangue**, foi inteiramente realizado em Lisboa. Talvez essa circunstância profissional ajude a explicar a relativa desproporção entre a qualidade de sua obra e o interesse ainda algo distante das universidades brasileiras.

A entrevista que segue, torna possível conhecer um pouco melhor o autor de **Olinda restaurada**. Caso não se tivessem suprimido alguns dos comentários que escapavam ao âmbito das perguntas, poderia ter ficado mais extensa. Com a fórmula adotada, ganhou-se uma maior coerência de raciocínio, embora infelizmente também se hajam cortado impressões relevantes a nível pessoal. Ocorre citar, por exemplo, a memória da infância em Pernambuco, numa altura em que os laços familiares ainda eram preservados com todo o cuidado, e as moças do sertão sequer se deviam expor ao olhar de forasteiros...

A mudança de comportamento nas últimas décadas e a prolongada ausência no exterior acenturaram na história de Evaldo Cabral de Mello a busca de uma identidade. Aliás, em certa medida, ele próprio admite que os seus livros representam instantes diversos de uma mesma autobiografia, construída com fragmentos documentais da mais variada natureza, em andanças pelo mundo.

* * *

1 Mestre em História Social, no DH-FFLCH/USP.

TRM: Fiel às características de suas obras anteriores, **O nome e o sangue** é um livro onde não se procuram iludir os grandes debates historiográficos. Logo no "Prefácio", nota-se a consciência de se haver contrariado alguns dos últimos modelos acadêmicos, parecendo também insinuar-se um certo gosto em afirmar que o trabalho foi concebido como uma "parábola genealógica", "...tanto no sentido geométrico de percurso ou trajetória como na acepção literária de conto moral" (p. 14).

Seria correto dizer que um dos elementos mais "provocantes" deste livro é a sua forma de exposição?

ECM: A minha intenção em **O nome e o sangue** foi simplesmente narrar uma história. Eu tinha a impressão que a historiografia brasileira nos últimos decênios havia-se concentrado muito em livros de natureza analítica, e achei que talvez houvesse algum interesse em contar a história (em certa medida, trágica) de um indivíduo que teve a sua reputação destruída por um processo de habilitação ao Santo Ofício, e que batalhou até ao fim da vida para a reabilitação do seu nome e do nome da família.

A tendência a esquecer a dimensão narrativa da história (a dimensão privilegiada pelos grandes historiadores europeus do século XIX, sobretudo pelos historiadores românticos), foi em grande parte motivada pela escola dos **Annales**. Agora, passada a sua grande voga, o aporte teórico que ela trouxe é igualmente aproveitável sob a forma da história narrativa, que pode ser feita de uma maneira muito mais rica e muito mais criadora do que era a narrativa do século XIX.

TRM: Naquela coleção de Jacques Le Goff e Pierre Nora sobre "A Nova História", já existia um artigo sobre o retorno do *événementiel*, e começava a reaparecer um certo apreço pela narrativa...

ECM: Exatamente. A partir da terceira geração da escola dos **Annales**, como é o caso de Georges Duby, já havia uma preocupação em recuperar esse interesse narrativo. Você vê por exemplo **Guillaume, le Maréchal**, que é basicamente a narrativa da vida de um homem.

Além disso, parece-me que o historiador deve tentar romper as barreiras que tendem a isolá-lo. Se ele pode fazer o seu livro de uma forma narrativa, bem escrita, e com isso interessar não só os outros historiadores, não só os outros

cientistas sociais, mas também o público culto em geral, por que é que ele se há de isolar, e escrever para meia-dúzia de especialistas?

TRM: O cuidado com o vocabulário de época e com a estrutura das frases também está presente em todas as suas obras. Até que ponto a preocupação com o estilo é necessária ao ofício do historiador e em que medida é que ela lhe condiciona a apresentação do trabalho?

ECM: Quando você opta por uma história narrativa, levanta-se também o problema da apresentação do trabalho – até mesmo sob o aspecto do estilo. Um historiador que não narra, um historiador que está apenas analisando a estrutura econômica de um determinado período da história, ou que está estudando, por exemplo, o patrimônio do mosteiro de Alcobaça no fim da Idade Média (tema de um livro recente de D^a Iria Gonçalves), não se confronta com um problema de narração, e, portanto, não se confronta maiormente com um problema de estilo, de apresentação: recorre à apresentação normal de um livro de análise. Se você opta por uma história narrativa, evidentemente que você tem que cuidar desse aspecto de estilo.

Nos últimos decênios, eu tenho a impressão que a historiografia brasileira começou a considerar que escrever bem era uma forma de belezismo, e que portanto era um pouco **desdenhável** – podendo inclusive comprometer a qualidade científica do trabalho. Não tem nada a ver uma coisa com a outra!... Duby é um historiador que tem uma qualidade científica inegável e é um homem que escreve estupendamente bem, o que não quer dizer que ele tenha revolucionado a prosa em língua francesa...

O historiador tem obrigação de escrever de maneira literária, cuidada e clara. É preciso não esquecer que apesar do estatuto científico da história, ela é também gênero literário.

TRM: Neste último livro, não se encontram propriamente grandes recortes temáticos; no seu lugar, talvez se possa referir a existência de alguns "protagonistas", ladeados por "personagens de segundo plano". O resultado dessa opção é uma trama extremamente complexa.

Que tipo de "recurso metodológico" permitiu elaborar a narrativa de **O nome o sangue**?

ECM: Eu confesso que não tive muita preocupação de "método" quando escrevi **O nome e o sangue**. A coisa toda surgiu da seguinte maneira: há anos atrás, tinham-me chamado a atenção para a existência do processo de Filipe Pais Barreto aqui na Torre do Tombo. Eu consultara esse processo em 1977, mas rapidamente, e só para ver o inventário de bens que nele constava. Quando mais tarde vim para Lisboa, em começos de 87, tinha em vista, sobretudo, ler e consultar os processos inquisitoriais relativos a Pernambuco, de 1593 a 1595 (não são muitos: uns sessenta ou setenta). Minha idéia original foi apanhar um desses processos e transformá-lo num livro sobre o fim do século XVI em Pernambuco – uma espécie de painel do que era a sociedade pernambucana em fins do século XVI, quando houve a 1ª Visitação do Santo Ofício. Mas confesso que a idéia não me entusiasmou muito...

Ao reencontrar o processo de Filipe Pais Barreto, vi que ele poderia dar uma obra muito mais interessante, no sentido de que não se limitaria a fornecer uma idéia da sociedade pernambucana de fins do século XVI; ele apresentava a possibilidade de estudar uma das famílias dominantes em Pernambuco desde o começo do século XVI, praticamente até ao século XIX – já que os Pais Barreto deram o Morgado do Cabo, que foi o chefe da repressão imperial contra a Confederação do Equador.

No fundo, o que é na verdade o livro? O livro refere-se a um fato escamoteado pelos genealogistas do século XVIII, como Borges da Fonseca e Jaboatão; que foi ignorado pelos próprios genealogistas atuais, e que é fundamental para a compreensão da história social de Pernambuco (como também será de outras regiões do Brasil que ainda não foram estudadas sob esse aspecto): a origem em grande parte cristã-nova dos grupos dirigentes dessa capitania.

TRM: Retornando um pouco à intenção da minha pergunta, gostaria que falasse sobre a sua maneira de construir o livro. Como o material reunido ao longo da pesquisa foi depois reorganizado? Utilizaram-se quadros temáticos, fichas... enfim: como se fez possível ordenar tamanha quantidade de elementos? Será que o segredo é apenas uma boa memória?

ECM: Eu vou pela minha veneta; pela curiosidade por um determinado tema. Sou uma pessoa constitucionalmente incapacitada para escrever um livro de cabo a rabo, ou mesmo de fazer uma pesquisa de cabo a rabo – o que não significa que eu não termine a pesquisa... Eu lhe explico o que quero

dizer com isso: eu tenho amigos (sujeitos brilhantíssimos e inteligentes), que se propõem um tema, são capazes de ler tudo o que há sobre ele, fazer um esquema e, depois, escrever um trabalho. Acontece que se eu tentar esse método, nunca escreverei, porque a partir do momento que eu tiver feito a pesquisa e conhecer todo o assunto sobre o livro, dar-me-á uma grande preguiça em escrevê-lo. De modo que o que eu tenho que desenvolver durante o trabalho para uma nova obra é um processo dialético permanente entre a pesquisa e a elaboração. Todos os meus livros foram assim: eu fazia uma pesquisa sobre uma área, elaborava, e depois, à luz do que eu tinha elaborado, levantava uma série de outros problemas, voltava a pesquisar, voltava a reelaborar, e voltava de novo a pesquisar. Quando tinha a narração pronta, começava a explorar aqueles pontos que mereciam uma explicação estrutural.

No caso de **O nome e o sangue**, eu havia feito já uma enorme pesquisa sobre esses processos pernambucanos relativos ao Santo Ofício, e tinha muitos dados relativos à presença de cristãos-novos na capitania em fins de quinhentos. Além disso, eu havia descoberto o processo de Filipe Pais Barreto para a Ordem de Cristo. Acontece que não me limitei a esse processo; eu estudei cerca de 170 a 200 processos de habilitação de pernambucanos à Ordem de Cristo e à Ordem de Avis (a Ordem de Santiago já não teve muita importância em Pernambucano...). Reunindo esse material, eu tinha realmente um conjunto muito rico – e a partir dele é que eu elaborei. Na verdade, o livro, se você reparar bem, provém basicamente desses dois tipos de fontes.

Entre todos os processos de entrada de pernambucanos nas ordens militares, o de Filipe Pais Barreto era incomparavelmente o mais interessante, não só pelo que revelava da história de uma família inteira (no caso, a família Sá e Albuquerque), mas também pelo que revelava do próprio drama pessoal do Filipe Pais Barreto. Sua história é ainda o resultado de uma conjuntura política: a conjuntura que deu na Guerra dos Mascates; portanto, é um drama que tem a ver com a grande cisão da sociedade pernambucana em fins do século XVII e começo do XVIII, com a dicotomia entre mazombos e mascates – entre filhos da terra e filhos do reino. Sua história mistura-se à história política e social da capitania.

Com a idéia de "parábola" (referida na sua primeira pergunta), o que eu tinha em vista era exatamente pegar uma família que fosse paradigmática da formação de um grupo social, e, através da história dessa família, contar a história da formação desse grupo social

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *Conversas do Recife, em Lisboa (Encontro com Evaldo Cabral de Melo)*.

TRM: Sua estada em Lisboa, como membro do corpo diplomático, deve-lhe ter aberto oportunidades para a descoberta de outros núcleos documentais referentes a Pernambuco. Gostaria de saber, por exemplo, se lhe surgiu algum material sobre as ordens religiosas instaladas no nordeste, dando a conhecer maiores detalhes sobre o relacionamento com os seus superiores da metrópole.

ECM: As ordens religiosas tiveram um papel fundamental na Guerra dos Mascates, e eu tenho inclusive material sobre um conflito que houve no fim do século XVII entre os oratorianos de Pernambuco.

TRM: No **Rubro Veio**, acho que menciona os beneditinos...

ECM: Os beneditinos eram uns "facinorosos"; viviam com o seu convento frequentemente cercado pelos governadores! Acontece que os oratorianos protagonizaram um movimento muito interessante: eles perceberam o crescimento do Recife, mudaram-se para lá, e foram uma ordem com muita força no tempo de Pedro II e D. João V. Embora eu não tenha provas documentais suficientes, eles tiveram um papel fundamental na transformação do Recife numa vila – o que foi o motivo imediato para a guerra civil.

TRM: Os assuntos de natureza religiosa aparecem nos seus livros com uma frequência cada vez maior. O sétimo capítulo do **Rubro Veio**, intitulado "A terrena obra e a celeste empresa", está entre as melhores páginas dedicadas à devoção popular no Brasil Colônia, e é certamente um ótimo trabalho de antropologia cultural. Apesar disso, o leitor que siga as notas de rodapé talvez estranhe a existência de poucas referências teóricas. Quais são os autores que normalmente o encorajam a manter contato com as ciências sociais?

ECM: Eu costumava ser um leitor voraz (hoje já não o sou), de modo que lia tudo o que me caía nas mãos das grandes obras de ciências humanas, especialmente sociologia e filosofia da história, mas também de economia e, mais recentemente, de antropologia. Uma e outra vez, ainda as releio. Atualmente o historiador já não necessita tanto de sair, como antes, do convívio dos outros historiadores, pois com a abertura da historiografia às outras ciências sociais a partir dos anos sessenta, os bons livros de história filtram o que se está fazendo de mais novo e mais interessante nestes campos. Graças a isto é a própria história que me vem revelando muitos autores importantes de outras áreas. Para citar apenas um exemplo recente, os trabalhos do grupo que Philippe Ariès reuniu na preparação de sua **Histoire de la Vie Privée** permitiram-me "descobrir" a obra de um

grande sociólogo como Norbert Elias, que até os anos setenta era praticamente desconhecido fora de um círculo restrito de especialistas.

Quanto à sua observação de que nos meus livros os temas de natureza religiosa aparecem cada vez com maior frequência, parece-me de todo correta e tem uma explicação bem simples. Vivemos numa época de secularização tão intensa que temos dificuldades de perceber o lugar central que o sagrado ocupava na vida das sociedades pré-industriais. Duby queixou-se certa vez de que seus alunos de história medieval de Aix-en-Provence ignoravam conceitos elementares de teologia católica, o que complicava enormemente a tarefa do professor; seria necessário reensinar-lhes o catecismo. No meu caso, minha formação foi estritamente laica, apesar de filho de família católica mas não praticante, de modo que na minha juventude o religioso não me interessava ou escapava à minha compreensão. Para compensar esta deficiência de preparação cultural, venho procurando no que escrevo recapturar esta dimensão quase perdida, mas fique claro que tento fazê-lo não na perspectiva do crente que não sou, mas segundo um prisma, digamos, para caricaturar, etnográfico, de alguém que procura compreender um tipo de experiência a que é pessoalmente alheio.

TRM: Entre os historiadores que costuma ler, quais lhe parecem mais "sugestivos"?

ECM: Estou obviamente em imensa dívida para com a escola dos **Annales**, quer no tocante à primeira geração de Bloch e Febvre, quer à segunda (Braudel), quer enfim à terceira (Duby, Le Roy Ladurie, Delumeau) que, em certo sentido, voltaram à inspiração dos "pais fundadores", que se interessavam por todo o historiável, cujas fronteiras avós e netos alargaram ambiciosamente, ao contrário da tendência braudeliana, virada quase exclusivamente, para a geografia e a economia. Ainda recordo a impressão de verdadeiro encantamento que me produziu a leitura, em 1966 ou 1967, do *Méditerranée*, que me parecia encarnar melhor do que qualquer outro livro de história que eu até então havia lido, a fórmula de Mallarmé, segundo a qual "le monde est fait pour aboutir à un beau livre". Há quem pretenda que a escola dos *Annales* esgotou-se, já deu o que tinha que dar, fenômeno natural em qualquer revolução científica e, em termos da história que se fazia até Bloch, Febvre e Braudel, não há a menor dúvida de que a escola representou uma tal revolução, que seus efeitos ainda se farão sentir por muito tempo, irrigando e enriquecendo a pesquisa e a investigação, inclusive naquelas áreas que ela propositalmente ignorou ou marginalizou, como a história política ou militar, por exemplo,

e a *histoire évévementielle* em geral. Dito isto, acrescentarei que, a despeito da alta qualidade da historiografia francesa atual, há que se ter o pé atrás relativamente às propensões às vezes talvez demasiado teorizantes dos franceses. Como antídoto, nada como a leitura de um bom historiador inglês, tipo John H. Elliott ou Charles Boxer, pois os ingleses têm uma vocação empiricista que está mais próxima do ofício de historiar, pois, no fundo, queira ou não, o historiador é um nominalista que muitas vezes não ousa admitir seu nominalismo, e não um produtor de grandes teorias explicativas do passado, como frequentemente se exige dele.

Braudel queria que a historiografia estivesse na vanguarda das ciências humanas, promovendo a síntese de todas elas. Acredito que, ao contrário, a historiografia deve situar-se na retaguarda das ciências humanas, não para seguir-lhes docilmente o caminho, mas para dinamitá-las, testando a validade do que elas afirmam sobre as sociedades do passado. A função do historiador consistiria assim, em boa parte, em fazer explodir vários mitos que, a despeito das suas pretensões científicas, as ciências humanas ainda engendram, na esteira das suas teorias gerais e das suas fórmulas globalizantes. O historiador é o sabotador nato do sociólogo, do antropólogo, do economista (Sobretudo no tocante a este último, tenho grande temor de suas incursões pela história; via-de-regra, produzem um curto-circuito no conhecimento histórico que pode durar gerações).

Se eu tivesse que me definir epistemologicamente, usaria a fórmula, hoje completamente esquecida e fora de moda, criada por Georges Gurvitch nos anos cinquenta: a de "hiper-empirismo dialético". Antes de escrever história, fui um grande entusiasta da filosofia da história, da qual tomei tamanha indigestão que vim a desenvolver uma espécie de alergia, de desconfiança sistemática no tocante às grandes explicações do passado. Você começa por explicar a totalidade da história, descobre pretensas "leis", resolve extrapolá-las para o futuro e acaba caindo na previsão falhada e, até, muitas vezes no totalitarismo puro e simples. É o perigo do historicismo, denunciado por Popper. Veja o caso de Spengler. Quem acredita hoje na decadência do Ocidente? Quem está sequer interessado num tema que cheira a academicismo e que está atualmente relegado a autores em busca de sensacionalismo passageiro? O que não significa que a obra de Spengler não seja qualquer coisa de notável, reveladora de uma garra incomum de historiador na descrição e interpretação de processos históricos de natureza global, um livro que ainda hoje se lê com grande prazer e proveito intelectual. É evidente, por outro lado, que haverá sempre uma demanda para este tipo de

exercício, mas não se pode pegar que eles envelhecem com grande rapidez, haja visto o caso de Toynbee, cujo **Estudo da História** foi durante alguns anos a coqueluche dos intelectuais, mas que saiu rapidamente da moda. O que ficou, o que permaneceu do seu grande livro, ambição realizada ao longo de toda uma existência, não foram as grandes teorias explicativas, mas as análises de temas específicos, concretos, onde podia exercer o peso da sua espantosa erudição, sobretudo os temas da história da antiguidade clássica, de que Toynbee foi um grande especialista no começo da sua carreira, ao ponto de se lhe criticar a transposição para a história de civilizações não-européias, dos esquemas interpretativos da história greco-romana.

TRM: Embora a lista de "influências" seja variada, seus trabalhos revelam uma coerência temática impressionante. De uma forma ou de outra, sempre se acaba por ingressar nos meandros da sociedade pernambucana, revisitando assuntos que até então pareciam "esgotados". Será que essa insistência não o preocupa?...

ECM: Você observou bem a coerência temática dos meus livros. Ela deriva, em primeiro lugar, do objeto que me propus. Não me considero um historiador das mentalidades, o que agora está na moda, nem um historiador da economia, como agora está saindo da moda, nem da política, como há muito saiu da moda e agora está voltando a ser. Considero-me antes um historiador que recorre a todos estes métodos para tentar compreender a sociedade do Nordeste açucareiro, da chamada "zona da mata", que tem seu centro em Pernambuco, mas que se estende também a Alagoas e a Paraíba. Estou consciente de que o assunto não pega bem e que até é contestado como saudosismo de classe. Mas eu o escolhi por uma série de considerações que não vale a pena enumerar aqui, porque levaria muito tempo, mas entre as quais se encontra a relativa abundância das fontes narrativas e outras, graças sobretudo ao período holandês, e ao fato de que eu próprio conheço "por dentro" os vestígios mentais que essa sociedade deixou no tempo. Esta última condição permitiu-me tentar um tipo de historiografia que não se limite à monografia erudita, bem construída, à medida dos "brasilianistas", o que digo sem nenhuma intenção crítica, pois tenho grande admiração pela obra de alguns deles; mas também algo que vá além do cientificamente correto, que tenha carne, nervo e músculo. Em segundo lugar, este objeto, o Nordeste açucareiro, eu o procurei ver ou, antes, entrever (pois ao historiador só é dado, na melhor das hipóteses, entrever), a níveis diferentes de observação: ao nível da economia açucareira sob o impacto

da guerra holandesa; ao nível do complexo ideológico gerado por este episódio e das suas repercussões sobre o nativismo pernambucano; ao nível da história das grandes famílias da região; e ao nível da incapacidade dos seus grupos dirigentes de influenciar decisivamente a política econômica dos últimos decênios do Segundo Reinado. Em terceiro lugar, a unidade temática procede de uma espécie de observação que subjaz a tudo que escrevi e que ainda possa vir a escrever – e que consiste no seguinte: como se formou a nossa identidade regional? A partir de que momento e em função de que variáveis, uma sociedade colonial percebe-se como diferente da sociedade metropolitana que a engendrou? Sob este aspecto, o Nordeste açucareiro desenvolveu, com anterioridade a outras populações regionais do Brasil, uma identidade própria, e neste aspecto não foi pequeno o papel desempenhado pela guerra e pela ocupação holandesas, como eu espero ter demonstrado em **Rubro Veio**. E foi esta consciência prematura que, em certo sentido, nos distinguiu no Brasil, e em grande parte explica não só a decalagem inegável que houve entre o processo de independência no Nordeste e no centro-sul, mas até muitos aspectos da nossa penosa integração no sistema imperial, após a independência.

Na segunda metade do século XVII, a identidade colonial no Nordeste já está esboçada, ao menos em seus grandes traços – sobretudo a nível do que Tobias Barreto chamou de "açucarocracia" (neologismo de que os filósofos não gostam, por combinar raízes de idiomas diferentes, mas que eu passei a usar por comodidade). É possível e até provável que, como advertiu Stuart Schwartz, a consciência de uma diferença **vis-à-vis** dos colonizadores portugueses já fosse até mais pronunciada nas camadas subalternas da população colonial, mas esta é uma hipótese, como ele mesmo admitiu, de difícil comprovação, pois a documentação a respeito do que elas pensavam acerca da sociedade em que viviam é infelizmente praticamente inexistente, ao menos para este período. Certas áreas do Brasil colonial, como São Paulo, puderam, graças ao isolamento decorrente da sua escassa integração na economia de exportação, assimilar dos indígenas uma série de valores culturais que lhe vieram a dar uma feição "brasileira" mais pronunciada do que a existente em áreas como o Rio ou o Nordeste açucareiro, desde cedo em contatos estreitos com a metrópole – e esta foi uma contribuição decisiva que se deve a Sérgio Buarque de Holanda, especialmente em **Caminhos e Fronteiras**, que é uma obra prima. Mas ao passo que esta identidade paulista foi o produto da segregação, a nossa, a do Nordeste

açucareiro, foi o resultado do atrito, da ligação íntima e talvez por isso mesmo capaz de exercer sobre as relações entre metrópole e colônia um efeito bem mais irritante. O fato é que, quando da independência, enquanto o Nordeste pregava a rutura republicana, São Paulo, a despeito do casticismo brasileiro dos seus costumes, dava à Corte do Rio o apoio indispensável para que ela promovesse uma independência sob forma monárquica, com um mínimo de abalo para a ordem vigente no Brasil. Tenha-se, contudo, presente, que a identidade nacional não significa necessariamente emancipação política, embora possa constituir uma condição fundamental dela. Já se observou com razão que a independência dos Estados Unidos, realizada antes de qualquer outra nação americana, não pressupôs, por parte dos seus habitantes, uma identidade nacional muito acusada; ela resultou de um conflito de interesses políticos e econômicos, mas não da percepção aguda de uma diferença cultural profunda entre ingleses das treze colônias e ingleses da metrópole. Enquanto isto, os mexicanos, que desde o século XVI pareciam possuí-la, ao ponto da segunda ou terceira geração de descendentes dos conquistadores de Cortés se fantasiarem de herdeiros políticos dos dinastas astecas, somente conseguiram constituir-se em estado independente vários decênios depois dos seus vizinhos do norte.

TRM: Não lhe ocorre escrever ensaios para desenvolver essas idéias um pouco mais abrangentes?

ECM: Daqui a uns anos, quando eu não tiver mais saúde, nem disposição física, é possível que tente uma excursão por esses temas. Mas enquanto tiver disposição para fazer pesquisa, vou aproveitar...

TRM: Em várias passagens de **Rubro Veio**, existe uma grande preocupação com a "memória". **O nome e o sangue** traz novas reflexões sobre o assunto, no momento em que explora os testemunhos colhidos nos documentos inquisitoriais e nos processos de habilitação para as ordens militares; fala-se sobre a longevidade da tradição oral, procurando-se compreender a afirmação do "mito". O tema é certamente promissor, e só há muito pouco começa a ser estudado no Brasil. Existe a intenção de voltar a desenvolvê-lo?

TRM: Na percepção da diferença, que constrói a identidade, essa é uma questão a considerar. Em **O nome e o sangue**, por exemplo, a família é o núcleo que gera e preserva a memória. Até ao século XVIII, a tradição oral era uma coisa muito viva em Pernambuco. Depois, em grande parte, perdeu-se, já que não houve um historiador que a quizesse registrar (como Rocha Pita, na Bahia)... Mas eu agora não estou interessado propriamente no problema da memória, mas, sim, no da identidade regional.

TRM: A seu ver, quais os aspectos mais interessantes ainda por explorar na história colonial de Pernambuco?

ECM: Eu gostaria de escrever alguma coisa sobre a paisagem. Em toda a documentação dos séculos XVI, XVII e XVIII relativa a Pernambuco, não há nenhuma percepção da paisagem. Não é uma coisa estranha?!...

O que a gente conhece hoje do que era a paisagem nordestina, deve-se aos holandeses. E mesmo assim não foram os holandeses que a descreveram em relatórios ou em livros – foram os pintores de Nassau! Sabe-se hoje o que era uma casa de engenho daquela época (aliás, bastante modesta), graças a Frans Post e Zacharias Wagener... Eu não conheço, mesmo no século XIX, descrição de paisagem pernambucana, a não ser por viajantes estrangeiros. Não é uma coisa estranhíssima que os sujeitos que viviam dia e noite nos engenhos de açúcar nunca tivessem a curiosidade de descrever a paisagem – para se saber, pelo menos, como era a organização espacial de um engenho de açúcar?

TRM: Nem sequer os religiosos, que nos séculos XVI e XVII tiveram a preocupação de compilar as riquezas das novas descobertas?...

ECM: Você encontra no D. Domingos Loredó Couto, em meados do século XVIII, uma descrição de como o engenho mói – simplesmente isso. Aliás, a descrição de como o engenho mói não representa problema; era uma coisa de tal maneira insólita, que, sobre ela, todas as fontes holandesas deixaram boas descrições. Creio que o próprio Ambrósio Fernandes Brandão, nos **Diálogos das Grandezas do Brasil**, já fazia uma pequena descrição de como o engenho mói. Mas eu não estou falando do aspecto fabril: refiro-me à paisagem. A descrição da paisagem não existe; em geral, ela só começa com o romance regionalista e seus precursores, como, por exemplo, Franklin Távora. Quando o engenho já não pertencia mais às antigas famílias, devido à crise do início do século XX, é que ele começa a aparecer. E aparece idealizado. É uma compensação... O caso de José Lins do Rego é como o **d'O Fazendeiro do Ar**, de Carlos Drummond de Andrade: no fundo, ele já não era fazendeiro de mais nada, a não ser de memória...

Lisboa, abril de 1990.